

346

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 19/05/1999
C	<i>Stelutino</i>
	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13408.000.026/95-15
Acórdão : 203-04.863
Sessão : 19 de agosto de 1998
Recurso : 103.332
Recorrente: AGROPECUÁRIA BRITO IRMÃOS S. A.
Recorrida: DRJ em Recife - PE

ITR - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - O critério de apuração da Contribuição refere-se ao Capital Social e não ao número de trabalhadores.
Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
AGROPECUÁRIA BRITO IRMÃOS S. A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1998

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Elvira Gomes dos Santos, Sebastião Borges Taquary, Mauro Wasilewski e Renato Scalco Isquierdo.

OPR/MAS-FCLB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13408.000.026/95-15

Acórdão : 203-04.863

Recurso : 103.332

Recorrente: AGROPECUÁRIA BRITO IRMÃOS S. A.

RELATÓRIO

Às fls. 22, Decisão Singular nº 1.106/96 julgando a Ação Administrativa procedente e consequentemente indeferindo a Impugnação de fls. 01, tudo referente ao ITR/94, cobrado por via de Notificação de Lançamento (fls. 02), sobre a propriedade rural denominada Brisa II, localizada no Município de Poção-PE, com área de 74,2ha, e mantendo o crédito tributário no valor de 1.572,12 UFIRs, inclusas as Contribuições.

Diz a Autoridade de Primeira Instância, em razão do insurgimento do Impugnante que afirma ter apenas dois trabalhadores permanentes, que a Contribuição sindical dos empregadores rurais, organizados em empresas ou firma é lançada e cobrada de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166/71, nos percentuais previstos no art. 580, "c", da CLT.

Afirma que a reclamação da Contribuinte, segundo o Despacho Decisório nº 145/95, não apresenta documentos que justifiquem a contestação dos valores referentes às Contribuições para a CONTAG e CNA, o que fez com que, após comunicado, surgisse a Impugnação em 29.09.95.

Constata, na peça decisória, a anexação, quando da Impugnação, de Declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira-PE, fls. 09, onde é afirmado que na propriedade da Contribuinte trabalham, em caráter permanente, dois assalariados, com o intuito de retificar a DITR/94 de fls. 20, onde informa possuir dois assalariados permanentes e trinta trabalhadores temporários ou eventuais.

Tendo a Contribuinte solicitado a retificação de sua DITR/94, em 22.05.95, isto é, após ter sido notificado, posto que enviou junto com a solicitação a Notificação do ITR/94, conclui por ser impossível seu deferimento porque colidente com o § 1º do art. 147 da Lei nº 5.172/66 (CTN), que impede retificações após o recebimento da formalização da cobrança, isto no que diz respeito ao número de trabalhadores. Quanto ao lançamento referente à Contribuição para a CNA, afirma ter sido o mesmo efetuado de acordo com § 1º do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166/71, nos percentuais previstos no art. 580, "c", da CLT, tomando como base o



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13408.000.026/95-15

Acórdão : 203-04.863

tributado, tudo de acordo com o que preceitua, portanto, a legislação de regência, sendo portanto, de se manter o lançamento.

Às fls. 27, irresignada, oferece Recurso Voluntário onde confirma sua discordância em relação às Contribuições para a CONTAG e a para CNA, dizendo que até a presente Notificação nunca discutiu quanto ao ITR, e que, no presente, a cobrança além de injusta está fora de sua capacidade de pagamento. Alega e comprova possuir apenas dois trabalhadores permanentes e termina solicitando reestudo para que possa efetuar o pagamento dos exercícios de 1995 e 1996 em dez parcelas, por ser impossível pagá-los em quota única

Às fls. 31/32, o Ilustre Procurador da Fazenda Nacional oferece as Contrarrazões ao Recurso Voluntário onde pugna pela integral manutenção da dota Decisão recorrida, revelando o excesso de serviço na PFN-PE ocasionado pela carência de recursos humanos e materiais, e destaca a imperiosa necessidade de priorizar a defesa judicial da União Federal e a inscrição de débitos em dívida ativa, por esses motivos pede vênia a este douto Colegiado para invocar os bem lançados fundamentos da Decisão.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13408.000.026/95-15
Acórdão : 203-04.863

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Face à inexistência de indícios, quanto à intempestividade do Recurso, considero-o tempestivo e dele tomo conhecimento.

Primeiramente, cumpre abordar a comprovação da quantidade de empregados da Recorrente, situado em número de dois. A legislação refere-se, exclusivamente, a “*empregadores rurais, organizados em empresas ou firmas*”, não estabelecendo o número de empregados como sendo o parâmetro para a cobrança da Contribuição.

O parâmetro em que se fundam as normas, ou seja, o Decreto-Lei nº 1.166/71, e o art. 580 da CLT, é o capital social e, assim, mesmo que a retificação da Declaração lhe fosse deferida, nenhuma repercussão adviria.

Quanto ao parcelamento requerido, por tratar-se de procedimento administrativo, sem alcance por este colegiado, deve a Recorrente dirigir-se ao órgão arrecadador.

Diante do exposto, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 1998

FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA